

QUILOMBOS: RESISTÊNCIA NEGRA EM MATO GROSSO (1)

Edir Pina de Barros
Novembro de 1989

A escravidão negra em Mato Grosso teve início com as atividades mineradoras, em 1719. Os negros eram trazidos, inicialmente, pelas monções fluviais e depois através do caminho terrestre que ligava Cuiabá a Goiás, aberto em 1736. Posteriormente, vinham também do Grão-Pará, fornecidos pela Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão. Nas primeiras décadas desse século, o elemento negro representava 85% da população de Mato Grosso.

A resistência contra a escravidão assumiu várias modalidades, entre elas o suicídio, a fuga e a organização de quilombos. A fuga, inclusive para as colônias espanholas, atingiu um índice tão alto em 1751, que chegou a preocupar o então Governador e Capitão-General da Capitania, Antonio Rolim de Moura. A organização em quilombos constituiu o movimento de maior envergadura contra o regime de trabalho compulsório e a violência da sociedade escravocrata.

Quando se fala em quilombo, lembra-se sempre Palmares, o mais divulgado nos livros de história aplicados em salas de aula. No entanto, vários quilombos existiram no atual território brasileiro, inclusive em Mato Grosso. As pesquisas realizadas indicam, até o momento, a existência de dez quilombos em Mato Grosso, número este que seguramente será ampliado, na medida em que novos estudos forem desenvolvidos. A região onde se situa Vila Bela da Santíssima Trindade, primeira capital de Mato Grosso, foi palco de lutas pela libertação da escravidão no século XVIII, e de estabelecimento de vários quilombos, seja nos contrafortes da Chapada dos Parecís, seja no Vale do Guaporé, propriamente dito. O mais importante deles, assim como do Estado como um todo, foi o quilombo de Quariterê, conhecido também por Quariteté.

O quilombo de Quariterê situava-se às margens do rio Quarité ou Piolho, afluente da margem direita do Guaporé. Era formado de escravos fugidos das Minas de Mato Grosso, de pretos livres e de índios. Outros, de menor porte, situavam-se ao norte do Arraial de São Vicente e nas vertentes dos rios Galera, Sararé, Piolho e Pindaituba.

¹ Texto escrito por solicitação de militantes do Grupo de União e Consciência Negra de Mato Grosso, GRUCON/MT, em novembro de 1989.

Edvaldo de Assis (1988) pesquisador negro da Universidade Federal de Mato Grosso identificou, além do Quilombo do Quariterê, mais nove. São eles: Quilombo do Piolho, Quilombo da Barra do Piraputanga, Quilombo do Córrego Mutuca, Quilombo da Cabeceira do Pindaituba, Quilombo da Cabeceira do Rio São Lourenço, Quilombo da Cabeceira do Rio Manso Sul, Quilombo da Cabeceira do Rio Manso, Quilombo entre os rios Cabaçal e Sipotuba e Quilombo entre os rios Jaguari, Paraguai e Sepituba. Estes cinco últimos localizavam-se, portanto, na região dos formadores da Bacia Platina.

Como estratégia, os quilombos eram localizados em lugar de difícil acesso, alguns deles o mais próximo possível dos domínios espanhóis para facilitar a fuga, no caso de ataque pelo poder constituído. A população variava entre 30 a 109 pessoas. Como em outras regiões do Brasil, os quilombos mato-grossenses eram organizados em arraiais, cada qual sob a chefia de um "capataz". Os arraiais ficavam distantes uns dos outros cerca de três a quatro léguas.

Para a sobrevivência nos quilombos, plantavam roças e apoderavam-se de mantimentos, armas e outros objetos, nos assaltos aos viajantes e fazendeiros. Além da lavoura de subsistência, havia um sistema de troca realizada com os moradores das povoações próximas. Para a defesa, também fabricavam armas, que se somavam àquelas conseguidas nos assaltos aos viajantes.

O primeiro quilombo de Mato Grosso de que se teve notícia foi o de **Quariterê**, também referido por alguns cronistas por Quilombo das Campanhas do rio Galera. É sobre ele que se têm, no momento, mais informações, ainda que escassas.

O Quilombo de Quariterê foi batido, pela primeira vez, em 1770, por uma poderosa bandeira dirigida pelo Capitão-Mor João da Costa Pinto. E, na esteira de sua destruição, poucos registros foram deixados sobre ele. Sabe-se que a forma de governo adotada foi a realeza. Havia um rei, mas à época era governada por uma viúva negra, a Rainha Tereza, assistida por uma espécie de parlamento, com Capitão-Mor e Conselheiro. Este último era conhecido por José Piolho.

A fatura desse quilombo foi registrada pelos seus destruidores, e ela contrastava com a escassez que reinava, nessa mesma época, em Vila Bela e nas Minas de Mato Grosso, já decadentes. Tal abundância relacionava-se à forma de apropriação da terra (pelo trabalho), disponibilidade de mão de obra e, sobretudo, trabalho cooperativo e solidariedade social. Nas roças, os produtos eram variados e, além dos voltados para a alimentação - complementada pela

caça e pesca - eram cultivados fumo e algodão. Havia duas tendas de ferreiro, o que indica a utilização de implementos de ferro. Através de relações mantidas com a sociedade "branca", obtinham ferro, além de sal e outros artigos. O principal posto de comércio dos quilombos dessa região era o Arraial de São Vicente, onde também aliciavam escravos para a fuga.

Sabe-se ainda, através das poucas fontes existentes, que a disciplina no Quilombo de Quariterê era rígida. A Rainha aplicava duros castigos - como enforcamento, fratura das pernas e enterramento vivo - para aqueles que desertassem, porque colocava em risco a segurança, a defesa e a própria existência do quilombo. Apesar de todos esses cuidados, Quariterê foi batido em 1770, ocasião em que foram aprisionados 79 negros de ambos os sexos e trinta indígenas. Eles foram levados a ferro para Vila Bela, onde sofreram humilhantes e cruéis castigos em praça pública, além de haverem sido marcados a ferro com a letra **F**, como determinava o Alvará Régio. A rainha Teresa, ante a destruição do quilombo que liderava, enlouqueceu. Presa e conduzida também para Vila Bela, num gesto de suprema indignação, revolta e resistência, ter-se-ia suicidado. Mas não morreu com ela o quilombo de Quariterê. Os quilombolas que conseguiram fugir a esse ataque, escondendo-se nas matas, tornaram a erguê-lo, numa heróica atitude de resistência, nas proximidades do rio Branco. Começaram tudo de novo, constituindo famílias com índias Cabixi - com quem mantinham continuadas guerras - das quais nasceram filhos caborés. Cultivavam milho, feijão, fava, mandioca, abóbora, amendoim, batata, cará e outros tubérculos. Plantavam frutas, como o ananás, a melancia e muitas variedades de bananas, além do fumo e algodão, que fiavam e teciam panos grossos com os quais se vestiam. Este quilombo reconstituído foi denominado Piolho,, em homenagem ao conselheiro da Rainha Teresa.

Em 1795, no governo de João Albuquerque, o quilombo do Piolho foi novamente batido por bandeira, que levava consigo um preto forro que havia sido capturado no quilombo de Quariterê, juntamente com os demais que, em 1770, foram levados para Vila Bela. Desta feita, foram trazidas para essa localidade 54 pessoas, sendo seis negros muito idosos, sobreviventes do primeiro ataque, oito índios, dezenove índias e vinte e um caborés nascidos no quilombo e cujas idades variavam entre 2 e 16 anos.

A notícia dessa destruidora bandeira espalhou-se rapidamente pela região, entre os pequenos quilombos ao norte de São Vicente e nas vertentes dos rios Galera, Sararé, Piolho e Pindaituba, nos contrafortes da Chapada dos Paresís. Muitos deles foram abandonados a tempo, outros não, e muitos foram surpreendidos e mortos. Os que conseguiram fugir, como estratégia

de defesa, confundiam os seus próprios rastros. O comandante da bandeira ordenou que fossem queimados os ranchos abandonados. Esse foi o destino que teve um situado nas matas do Pindaituba e outro entre o rio Sararé e o Arraial de Lavrinhas. Ao norte do Pindaituba foi localizado também um quilombo abandonado, dividido em "dois quartéis", um com 11 casas e outro com 10. Os negros fugidos desse quilombo formaram outro no Córrego do Mutuca, seis léguas ao norte do antigo, também dividido em dois núcleos, distantes três léguas um do outro. Um era chefiado por Antonio Brandão, com 14 negros, cindo escravos: o outro, formado em princípio de agosto daquele ano (1795), era chefiado por Joaquim Feliz, com 13 negros e sete negras. Um mês depois a bandeira alcançou a este quilombo, já abandonado, mas aprisionou um de três quilombolas que aí vieram à busca de mantimentos. Quando a bandeira chegou ao quilombo do Mutuca, seus habitantes já haviam se evadido nas matas. A três léguas dali, rumo ao leste, localizou também o quilombo de Joaquim Telles, já abandonado.

Além dos 54 quilombolas aprisionados no Piolho - dos quais seis eram escravos fugitivos - foram capturados mais 24 escravos dos diversos quilombos abandonados.

Com seus quilombos destruídos e sem imediatos meios de vida, pressionados pelo medo, perseguidos por bandeiras que os mantinham "às vésperas da morte", como bem expressou Maria de Lourdes Bandeira (1988), muitos escravos, desesperados, se entregavam aos seus senhores.

Os quilombolas do Piolho não foram, contudo, vítimas dos cruéis castigos aplicados àqueles liderados pela rainha Teresa, décadas antes. O governador João Albuquerque, surpreendido pela sua "cristandade", mandou-os batizar, participando pessoalmente da cerimônia, como padrinho de alguns, juntamente com pessoas "notáveis" de Vila Bela. Ele, por considerar que os índios, as índias e seus filhos caborés eram livres e os pretos, embora escravos já fossem muito velhos, encarregou-os de estabelecer contatos com os índios Cabixi da região e dar apoio ao comércio e à navegação. Partiram os 54 quilombolas em muitas canoas, levando mantimentos, sementes, ferramentas e animais, e fundaram a aldeia Carlota. Mas, como colocou Maria de Lourdes Bandeira (1988), ela não teve a mesma vitalidade de um quilombo, na medida em que a liberdade não fora conquistada, mas concedida pelos senhores, roubando-lhe assim a sua essência, ou seja, o quilombo enquanto um modelo de luta de libertação, de conquista de condições de vida mais humana e digna.

Destas facetas da história da resistência negra em Mato Grosso, muito há por se resgatar nas entrelinhas dos registros escritos e, sobretudo, na memória social.

BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA

ASSIS, Edvaldo de - *Contribuição para o Estudo do Negro em Mato Grosso*. Edições UFMT/PROED, Cuiabá, 1988: 60 -65.

BANDEIRA, Maria de Lourdes - *Território Negro, Espaço Branco (Estudo Antropológico de Vila Bela)*, Editora Brasiliense/ CNPq, São Paulo/Brasília, 1988: 117 -122.

MALDI, Denise - *Relatório Nº. 3 do Projeto Etnohistória do Guaporé (parte II)*, CNPq, inédito, 1988: 149 -154.